

Resenhas



Sílvio César Camargo. *Modernidade e dominação:*
Theodor Adorno e a teoria social contemporânea.
São Paulo: Annablume; Fapesp, 2006.

Luciana Rodrigues Alves¹

Em tempos de intensa discussão a respeito dos conceitos de modernidade e pós-modernidade, o livro de Sílvio César Camargo se coloca como uma referência, pois esclarece o que pode significar a opção entre um ou outro ponto de partida teórico. Seu trabalho certamente ajuda a elucidar não somente as questões envolvidas na elaboração destes dois conceitos como também aquelas relativas à prática. Tudo isso vem certamente a corroborar a postura crítica do próprio autor, o que torna a leitura de seu trabalho altamente recomendada.

O eixo ao redor do qual seu estudo se desenvolve é a questão da relação entre modernidade e dominação ou, em outros termos, racionalização e reificação. Neste sentido, a obra conjunta de Adorno e Horkheimer na década de 1940, a *Dialética do esclarecimento* (ADORNO e HORKHEIMER, 1985), se coloca como o ponto fundamental a partir do qual a discussão se desenvolve. Isto porque o autor acredita e pretende demonstrar que o conceito de modernidade desenvolvido neste trabalho foi inovador não ape-

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade de São Paulo (USP) e bolsista FAPESP.

nas no âmbito da teoria crítica, mas também em outros campos da teoria social, de modo que seus desdobramentos podem ser sentidos também nas discussões mais recentes a respeito do tema da pós-modernidade.

A impressão imediata que seu trabalho nos causa é a de que o autor certamente se debruçou sobre um conjunto de problemas que está a milhas de distância de ser simples. Questões exigentes no tratamento, realmente difíceis de serem enfrentadas, mas também urgentes para os que, como o autor, se colocam seriamente a tarefa de pensar criticamente hoje.

Pudemos notar que o trabalho se estrutura em torno da relação entre modernidade e dominação tal como elaborada por Adorno e Horkheimer na *Dialética do esclarecimento* e que, a partir deste mote, o autor amplia a discussão para a maneira como Habermas, Foucault e Jameson desenvolveram este tema em suas próprias teorias. Além disso, o pano de fundo desta discussão é o debate contemporâneo a respeito do fim (ou não?) da modernidade, as ações políticas implicadas nestes processos e, talvez o mais importante, a partir da perspectiva crítica do autor.

No primeiro capítulo intitulado “Teoria social crítica e modernidade”, o autor faz uso da noção habermasiana de modernidade enquanto projeto inacabado (HABERMAS, 1992) para tentar compreender o entrelaçamento entre modernidade e dominação. O conceito de *Aufklärung* nos deixou uma herança paradoxal, afirma Camargo, porque engendrou os pressupostos de racionalidade de um projeto emancipatório que não se realizou plenamente (p. 19). A partir disto, o autor segue por uma análise do problema da modernidade no interior da teoria crítica e, em seguida, de como este problema se apresenta para Adorno, em especial na *Dialética do esclarecimento*.

O segundo capítulo intitula-se “Teoria social crítica e normatividade: a crítica habermasiana da *Dialética do esclarecimento*”. Neste capítulo, o autor nos apresenta Habermas como um crítico do pós-modernismo e do pós-estruturalismo, isto é, sua proposta

é a de nos mostrar como um representante da teoria crítica se coloca em relação ao problema central do estudo, qual seja, a questão da modernidade. Além disso, o autor interessa-se pela crítica habermasiana à *Dialética do esclarecimento*, o texto central do livro. Entendemos que a principal contribuição de Habermas, de acordo com Camargo, foi a de preocupar-se em “como fundamentar uma teoria da ação que mantenha o interesse emancipatório originário do *Aufklärung* quando tudo parece apontar para uma morte do sujeito” (p. 52).

O terceiro capítulo intitula-se “A teoria do poder de Michel Foucault e sua relação com a teoria social crítica”. O autor nos adverte para o fato de que a crítica da modernidade não é exclusiva da teoria crítica e nos mostra como um autor da tradição francesa, mais especificamente um pós-estruturalista, tem afinidades com o pensamento desenvolvido a partir do Instituto de Pesquisa Social, sobretudo no que se refere a questões relativas ao poder e à dominação. O pensamento de Foucault é apresentado como uma radicalização da crítica empreendida por Adorno e Horkheimer na *Dialética do esclarecimento*. Segundo Habermas, tanto este último livro citado quanto o pós-estruturalismo de Foucault teriam fortes elementos nietzschianos, o que permitiria tal aproximação.

No quarto capítulo intitulado “A teoria social crítica no contexto da pós-modernidade: a dialética em Fredric Jameson”, Camargo nos apresenta o pensamento deste autor como inovador no sentido de que concilia conceitos como pós-modernidade e marxismo e aponta para a necessidade de que a teoria continue operando dialeticamente. Camargo situa Jameson tanto em oposição a Habermas quanto em oposição ao pós-estruturalismo, mas nos alerta para o fato de que sua compreensão da pós-modernidade se assemelha apenas em alguns aspectos àquelas defendidas por autores como Lyotard e Baudrillard – notadamente no tema do desaparecimento do sujeito há uma compreensão comum.

Com o final do trabalho, tornou-se claro para nós que Camargo tentou pensar criticamente a sociedade atual; parece-nos que sua tentativa no fundo era responder: como podemos e devemos pensar criticamente hoje? Na tentativa de elaborar esta resposta, ele partiu da *Dialética do esclarecimento* e seguiu por seus desdobramentos no debate contemporâneo, apropriando-se das contribuições interessantes de Habermas, Foucault e Jameson para montar a sua própria crítica da sociedade contemporânea. O que pudemos notar, todavia, é que este é um caminho ainda por finalizar. Isto pode ser percebido, sobretudo, pela insuspeitada importância que o pensamento de Habermas adquire ao longo do trabalho, constituindo-se como um segundo eixo em torno do qual ele se estrutura. Habermas é fundamental tanto para a construção de Camargo em relação à *Dialética do esclarecimento* quanto para sua construção em relação aos pós-modernos. Além disso, o comentário habermasiano a respeito da afinidade entre Adorno e Foucault baseada nos elementos nietzschianos presentes nestes autores é o que justifica o segundo capítulo. Isto sem mencionarmos a importância crucial em toda obra da noção cunhada por Habermas de modernidade enquanto projeto inacabado.

Acreditamos que uma tarefa importante para que o autor reafirme sua própria crítica está em posicionar-se melhor em relação ao pensamento de Habermas. Camargo afirma na “Conclusão”: “se Habermas está correto é um problema de difícil resolução para um trabalho cuja pretensão é apenas apresentar as constelações teóricas que problematizam a noção de crítica” (p. 139). Ora, certamente a tarefa a que o autor se propôs não é a de “apenas” se ocupar de apresentação, mas sim, a de construir uma crítica. Parte desta tarefa já foi realizada neste livro, através da escolha e da análise dos autores, mas a consolidação do trabalho demanda um melhor posicionamento em relação a Habermas, que esperamos encontrar em seus próximos escritos. De todo modo, podemos reconhecer neste estudo as linhas fundamentais de um projeto maior, mui-

to interessante, do qual já podemos nos beneficiar ao entrar em contato com o livro. A conclusão do trabalho fica como promessa e nos fornece pistas sobre o caminho a seguir para continuarmos esta reflexão fundamental para a teoria social contemporânea, incluindo a teoria crítica.

A partir das indicações no corpo do trabalho e também na conclusão deste, nós nos permitimos tentar pontuar quais seriam as contribuições principais do livro de Sílvio César Camargo. Podemos notar que, de acordo com o autor, as categorias essencialmente modernas, tais como “capitalismo”, podem ainda ter muito a nos dizer sobre a sociedade contemporânea e o seu uso não implica na desconsideração das mudanças ocorridas nas últimas décadas e que engendraram o termo pós-modernidade. Além disso, o autor nos convida a refletir se o uso deste termo é adequado para além do âmbito da cultura e se as transformações ocorridas representam uma exacerbação, uma aceleração dos processos já diagnosticados por Adorno e Horkheimer e não exatamente uma alteração na lógica destes processos. Parece-nos que o autor tende a crer que a noção de modernidade é ainda bastante válida. Percebemos também que Camargo se preocupa com a idéia bastante propagada pelos partidários da teoria pós-moderna de que seria hoje impossível pleitear uma emancipação apoiada no uso da razão, pois esta já teria sido destruída. Em contrapartida, o autor nos explica que estes teóricos partem de uma apropriação talvez equivocada da *Dialética do esclarecimento* e de toda a teoria de Adorno, inclusive da *Dialética Negativa* (ADORNO, 1975). Neste sentido, o trabalho de Camargo se coloca como uma denúncia contra as teorias que se pretendem neutras e nos mostra as conseqüências políticas das opções feitas. Seu livro é uma defesa da teoria comprometida com a emancipação, que não se intimida em diagnosticar o presente de uma maneira nem sempre agradável, porém verdadeira e em reconhecer a necessidade de repensar os temas em face das novas exigências históricas.

Referências bibliográficas

- ADORNO, Theodor. W. e HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- _____. *Dialética Negativa*. Madrid: Taurus, 1975.
- HABERMAS, Jürgen. Modernidade – Um Projeto Inacabado. In: ARANTES, Otilia. e ARANTES, Paulo E. *Um ponto cego no projeto moderno de Jürgen Habermas*. São Paulo: Brasiliense, 1992. p. 99-124.

Lincoln Secco. *Gramsci e a Revolução*.
São Paulo: Alameda, 2006.

Luciana Aliaga¹

Gramsci e a Revolução nos chama atenção em primeiro lugar pelo seu título. Para estudiosos ou curiosos interessados nas idéias gramscianas é caro o tema da revolução, justamente porque representa um dos pontos mais polêmicos da recepção das obras de Gramsci no Brasil. A questão, ainda em debate, pode ser definida em termos gerais na polarização entre duas interpretações diferentes, em certo sentido antagônicas. De um lado está a interpretação hegemônica que aponta para uma superação pacífica do capitalismo, cujo principal expoente brasileiro é Carlos Nelson Coutinho. Em outro extremo, vêm tomando vulto as leituras de um Gramsci anti-reformista, isto é, cuja concepção de mudança social prevê a ruptura política como uma fase ulterior e decisiva da luta revolucionária (conferir BIANCHI, 2006 e DIAS, 1996). Acreditamos, contudo, que tal controvérsia tem resultado num saldo positivo na medida em que inúmeras pesquisas de grande relevância, principalmente sobre a obra carcerária de Gramsci, têm alavancado

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

nosso nível de conhecimento sobre as idéias do autor, ratificando assim sua atualidade e importância para o debate teórico e político acerca dos processos de transformação social.

Na presente obra, Gramsci nos é apresentado não como um estudioso desinteressado ou um teórico de gabinete, mas como um líder político, cuja teoria é elaborada a partir de reflexões sobre a Revolução Francesa, o *Risorgimento*, isto é, o processo de unificação italiana, e o impacto causado pela Revolução Russa. O comunista italiano manifesta-se na leitura de Secco mais precisamente como “o grande teórico da Revolução Ocidental”, inspirador da guerra de posições, da transformação molecular da sociedade capitalista rumo ao socialismo (cf. p. 17).

Secco inicia sua apresentação da teoria revolucionária gramsciana procurando aproximá-la a Lenin, mais que isso, afirma o leninismo de Gramsci. Para o autor, Lenin conceberia diferentes táticas para diferentes contextos históricos. Assim, sob a ditadura czarista, o líder russo previa a aplicação da violência revolucionária, depois de fevereiro de 1917, caberia a preparação para “ganhar a maioria” (p. 21). Trata-se, portanto, de um ataque violento ao Estado seguido da construção do consenso, ou da guerra de movimento seguida da guerra de posições. Embora observe que posteriormente Lenin circunscreve sua teoria apenas a uma ruptura violenta do Estado, Secco insiste em sua aproximação com Gramsci, como teórico da revolução ocidental e da passagem democrática ao socialismo, e certos aspectos da teoria da revolução leninista. Argumenta que a Revolução Russa, inspirada no modelo leninista, não foi um “assalto voluntarista aos céus” (p. 18-19), ou seja, havia apoio popular à revolução e, portanto, certo grau de consenso. Além disto, destaca que já havia em Lenin uma concepção de hegemonia, da valorização da luta ideológica, e procura fundamentar sua tese de que o pensamento leninista comporta uma hipótese de transformação social por via pacífica, mesmo para “as atrasadas condições russas” (p. 23).

Parece-nos, contudo, que esta busca de legitimação de certa leitura de Gramsci em uma suposta raiz leninista é desnecessária. Dias nos auxilia nesta questão ao afirmar que aprisionar a totalidade do pensamento de Gramsci em um esquema linear, evolucionista, reduzindo-o a trilogia Marx, Engels, Lenin a uma matriz de verdade é um equívoco, pois reduz-se sua rica e contraditória evolução à uma linearidade sem contrastes, homogenizadora (DIAS, 1994, p. 111). É certo que Gramsci está em contínuo diálogo com toda a produção teórica e política no contexto da revolução, e Lenin é uma matriz importante, contudo é preciso destacar, tal como faz Christine Buci-Glucksmann que em Gramsci os conceitos sofrem mutações ou desenvolvimentos (cf. BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 69-70), sendo enriquecidos, modificados, reapropriados e por fim, podem adquirir significados muito distantes dos originais.

Ao apresentar Gramsci como “teórico da revolução ocidental, inspirador da guerra de posições”, Secco reduz o pensamento gramsciano a uma fórmula (embora afirme ser contrário a fórmulas prontas) na medida em que subtrai a complexidade da totalidade da reflexão gramsciana, deixa de expor seus desenvolvimentos, contradições e prismas. Fica-nos a impressão, apesar das considerações iniciais, de que estamos diante de uma obra acabada e sistemática, e que a presente leitura é a única possível.

Secco busca raízes proeminentemente históricas, isto é, nos eventos relacionados às revoluções citadas acima e no desenvolvimento das sociedades industriais, para demonstrar como o pensamento de Gramsci se constrói e de que forma os conceitos de guerra de posição e hegemonia se estabelecem como fundamentais para compreensão do pensamento do autor. Para isto, busca legitimação de sua leitura sobretudo nas concepções de Lenin sobre os processos de transformação social, mas passa também pelos idealistas, em especial por Croce, chegando na análise dos conselhos de fábrica. Este longo caminho percorrido deságua no conceito de transformação gradual da sociedade capitalista. Secco

identifica na análise de Gramsci acerca dos conselhos de fábrica uma evidência de sua concepção processual de transformação da sociedade capitalista, “algo que pode ser integrado à sua concepção de guerra de posições desenvolvida no cárcere” (p. 33).² O conceito de hegemonia seria a chave para se estudar não apenas esta questão, mas para a teoria política marxista do século xx, segundo o autor. A hegemonia gramsciana, diz Secco, é um tipo de direção consensual sobre os que *aceitam* ou *consentem*, e inclui uma dimensão coercitiva sobre os que se *recusam* (p. 43), ou seja, a hegemonia é um tipo de direção que predominantemente (mas não inteiramente) se baseia no consenso. Contudo, para grupos que estão fora do poder, o conceito pode ser entendido apenas como relação consensual.

Contudo, no que se refere a articulação do conceito de hegemonia à revolução socialista, encontram-se interpretações da obra de Gramsci das mais variadas, conforme já dissemos acima. Tanto interpretações que concebem a hegemonia como núcleo de uma estratégia pacífica e democrática para o socialismo, quanto leituras da hegemonia como fase preparatória de uma revolução violenta colocam-se no horizonte das pesquisas gramscianas. A isto, Secco responde com a necessidade de contextualização histórica do pensamento gramsciano, a partir da qual se entenderia a hegemonia como um processo e não como um conceito ambíguo e plurissêmico, “adaptado ao sabor de quem quiser instrumentalizá-lo”. Assim o conceito é um processo porque não é fixo, e só poderá ser compreendido a partir de estudos históricos e de análises de conjuntura, pois Gramsci não deixou fórmulas prontas (cf. p. 47). Paradoxalmente, a contextualização histórica que Secco propõe cancela a história interna dos *Cadernos*.

² A idéia subjacente é que, diferente dos *soviets*, que consistiam em uma organização dos trabalhadores e soldados no âmbito da revolução, os conselhos de fábrica permaneceriam emaranhados no tecido social, como ilhas de comunismo nos interstícios do capitalismo, contribuindo, assim para a desestruturação molecular e gradual do modo de produção capitalista (cf. p. 32).

Acreditamos que nem as fórmulas prontas, nem tampouco a supressão do caráter ambíguo ou contraditório dos escritos de Gramsci podem auxiliar nossa investigação. Seria produtivo destacar o caráter fragmentário da obra, não apenas como estratégia para iludir a censura fascista como afirma Secco (p. 10), mas como um ritmo de reflexão e escrita próprios do autor e assim demonstrar que a presente leitura é possível, mas não a única. Conforme sua asserção, a leitura é difícil e cifrada, mas acreditamos que tal não se dá apenas por causa das dificuldades impostas pelo cárcere, pois deve-se levar em consideração o próprio processo e os diferentes tempos de pesquisa, reflexão e de escrita dos cadernos, que não são lineares. Pensamos ser de grande utilidade termos sempre em mente que Gramsci não deixou uma obra acabada e sistemática, por isto, entender os *Cadernos do Cárcere* como uma obra sem contradições é sempre uma dificuldade a mais. Secco, contudo, resolve a questão com a proposta da contextualização dos conceitos. Gramsci teria elaborado sua estratégia da revolução molecular ou processual a partir da análise histórica da constituição da hegemonia burguesa na Europa Ocidental e do estudo da unificação italiana, além do balanço da derrota de insurreições armadas dos partidos comunistas ocidentais na Alemanha, Áustria e Hungria em fins da década de 1910, do fracasso do biênio vermelho em Turim (1919-1920) e das ocupações de fábrica (cf. p. 47).

Entretanto, a definição de Secco acerca desta passagem gradual para o socialismo não é precisa. O autor toca apenas leve e abreviadamente em elementos fundamentais para o esclarecimento da questão. O partido político, o novo príncipe, central na reforma intelectual e moral, fica ausente da discussão. Da mesma forma, permanece indefinida a guerra de posições, bem como sua unidade ou antagonismo com a guerra de movimento. As relações entre elas, longe de ser consensual, encontra nos *Cadernos do Cárcere* parágrafos que permitem entendê-las como dois momentos de uma única estratégia, podendo ocorrer inclusive simultaneamente

(GRAMSCI, 2002, v. 3, p. 122-125; v.5, p. 316-321). Ao tratar Gramsci como inspirador da guerra de posições, Secco parece apontar para uma ruptura orgânica entre as duas formas de luta. Contudo, em determinadas passagens do texto, indica que a guerra de posições é uma preparação para ofensiva final, consistindo-se na construção da hegemonia antes da ruptura do Estado (cf. p. 75-76). Em outra passagem, entretanto, ao comentar as idéias de Poulantzas, segundo o qual “Gramsci não era um teórico pacifista, posto que a estratégia de guerra de posições era a preparação para a tomada do Estado-força”, atesta que tal afirmação seria uma redução leninista do pensamento de Gramsci (p. 136). A aparente contradição não é resolvida na medida em que autor não se debruça detidamente sobre o assunto, assim, a articulação entre o processo de hegemonia conforme é qualificado por ele e a ruptura política, suas implicações e os sujeitos sociais ou organizações políticas protagonistas destes processos não são trabalhados na presente obra. O interesse do autor pela contextualização dos conceitos sobrepuja a investigação teórica e a discussão pormenorizada destes conceitos, o que nos leva a entender que o caráter de seu trabalho é muito mais de um panorama sobre as influências históricas e teóricas na construção do pensamento de Gramsci, somado à uma visão geral da assimilação e aplicação política deste pensamento no Brasil, do que propriamente uma investigação sobre a concepção teórico-política de Gramsci acerca da revolução, como poderia sugerir o título do livro. Esta interpretação justificaria o capítulo sobre a biblioteca do cárcere, que à primeira leitura, parece um tanto deslocado da discussão que vinha sendo desenvolvida, mas que sem dúvida é importante para avançar no conhecimento acerca das influências do pensamento gramsciano.

No que se refere à difusão das idéias de Gramsci, primeiro no seio do Partido Comunista Italiano (PCI) e depois no Brasil, Secco sublinha que embora Gramsci estivesse sempre mais preocupado com uma estratégia de conquista de poder do que propriamente com as

instituições por meio das quais se daria o futuro exercício da hegemonia da classe operária, os comunistas italianos formularam um programa cuja proposta se fundamentava na construção do socialismo em terreno democrático (p. 133). Apesar destas idéias não terem partido diretamente de Gramsci, mas da política da Internacional Comunista stalinizada em 1935 e das idéias de Togliatti a respeito da democracia progressiva, este reivindicou a herança de Gramsci, mesmo a despeito das afirmações do encarcerado em favor de uma ou várias rupturas de natureza militar, no processo revolucionário (p. 134). O eurocomunismo em certa medida é herdeiro desta concepção de democracia como um valor universal, que está mais próxima do PCI que propriamente de Gramsci.

No Brasil, Carlos Nelson Coutinho foi o responsável por aquilo que Secco julga ser um “avanço teórico em direção a uma fundamentação marxista do assim chamado socialismo democrático”, principalmente após a publicação de seu artigo *A democracia como valor universal* (p. 139-140). Outro canal de divulgação desta corrente do socialismo democrático no Brasil, foi a publicação em fins da década de 1970 e início de 1980 de autores vinculados ao PCI pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), entre eles Togliatti, que já havia sido editado anteriormente, em 1966. As resoluções do PCB mostram, a despeito de suas rupturas internas, que o partido incorporou as idéias básicas do eurocomunismo, da democracia como valor universal e da via pacífica para o socialismo.

O PCB teve um papel importante na recepção no Brasil das idéias de Gramsci (ou seria das idéias do PCI?). Sua leitura, contudo, instrumentalizou os conceitos para fins próprios segundo Secco, que acredita que isto não tenha ocorrido como uma operação conspiratória, mas como fruto da atuação política para a qual “persuadir é mais importante que conhecer” (p. 154). Tal prática, entretanto, atraiu críticas, principalmente concernentes ao aprisionamento do pensamento de Gramsci pelo PCB. Ao que Secco responde com a afirmação de uma base documental que provaria que os con-

ceitos gramscianos participaram de importantes debates políticos internos a vários grupos de esquerda alheios ao eurocomunismo do PCB (p. 154-155). A tese de Secco é que não houve um sujeito da recepção de Gramsci no Brasil, mas uma pluralidade deles. Contudo, para o autor essas idéias instrumentalizadas pelo PCB para justificar, entre outras coisas, as alianças com setores da burguesia, contribuiu para seu enfraquecimento e deu lugar à emergência de um novo partido de massas de esquerda, o Partido dos Trabalhadores (PT).

O PT é caracterizado aqui como aquele que “obrigava as classes dominantes a introduzir elementos ativos na sua hegemonia de tipo passivo”. Isto se deveu justamente pela sua característica de “federação de movimentos sociais e tendências políticas” (p. 144). Esta característica federativa lhe favoreceu ao mesmo tempo que o enfraqueceu, em virtude da acirrada disputa ideológica no interior do partido. Contudo, Secco destaca a forte presença dos conceitos gramscianos mesmo diante das inúmeras correntes resistentes no interior do partido. Nem sempre rigorosamente compreendidas, as idéias gramscianas correspondiam à necessidade de aplicar a teoria marxista aos problemas práticos da política nacional. De certa forma, o PT, tal qual o PCB, utilizou Gramsci de forma instrumental, já que sua institucionalidade lhe exigia um posicionamento diante da opinião pública que afastasse qualquer idéia antidemocrática.

O PT teve que debater sua opção pelo pluralismo político real (não só de vários partidos operários socialistas, mas inclusive de partidos burgueses) e a questão da luta armada (o terrorismo e o extremismo político). Os setores mais conservadores sempre se aproveitaram para atribuir atentados e seqüestros ao partido (p. 186).

Em virtude disto, a palavra hegemonia foi utilizada quase sempre para substituir o termo “ditadura do proletariado”. Gramsci, portanto, aparece mais como necessidade de manter uma aparên-

cia democrática do que propriamente como teórico da revolução, mais pela sua forma do que pelo seu conteúdo. Contudo, mais que uma análise sobre a utilização dos conceitos de Gramsci pelo partido, nos inclinamos a considerar este último capítulo como uma análise gramsciana do PT.

A rigor, pode-se dividir o presente volume em duas partes. Uma primeira, conforme já sublinhamos, preocupa-se em definir os condicionantes históricos e teóricos do pensamento gramsciano principalmente no que se refere ao conceito hegemonia, em função deste ser encarado como organizador dos demais conceitos. Nesta segunda parte, Gramsci é uma referência longínqua, cujo ponto de ligação é a difusão da concepção e aplicação programática da transição socialista por via democrática pelos partidos de esquerda no Brasil. O centro desta segunda parte é uma descrição da trajetória destes partidos, tendo como ponto de partida a atuação do PCB, marcada pelos percalços causados pela transposição mecânica de políticas geradas no exterior do partido para o Brasil, pelo seu stalinismo latente e pela apropriação instrumental das idéias eurocomunistas, que lhe impedem de tornar-se protagonista das mudanças políticas no momento que antecede a abertura democrática.

O autor encerra sua análise com uma reflexão sobre o PT. As considerações acerca das tendências e dos estágios pelos quais passa este partido sobejam às necessidades para compreensão das influências teóricas do pensamento de Gramsci. Entendemos por isso, que a intenção do texto vai além do que pode supor o leitor que guia-se pelo título da obra, estamos diante de uma discussão acerca de um programa estratégico, petista, para uma transição socialista. O livro não termina com considerações acerca do pensamento de Gramsci ou sobre sua concepção de revolução, mas com a trajetória do PT e seus condicionantes teóricos e políticos. É, portanto, uma defesa de Secco da importância desse partido para a construção da democra-

cia no Brasil e ao mesmo tempo, uma exposição da dificuldade desse partido em concluir um programa socialista

É evidente que o tema da revolução é fundamental para as pesquisas gramscianas conforme expusemos no início do texto, contudo *Gramsci e a Revolução*, a despeito de seu título, pouco avança neste sentido. A primeira parte segue a linha de Carlos Nelson Coutinho, entretanto não acrescenta novas contribuições a esta leitura já consolidada da “longa marcha para o socialismo”. Já a segunda metade do texto, ao se distanciar ainda mais do tema, pode ser compreendida fundamentalmente como um auxílio de especial valor para aqueles que se aplicam à compreensão e análise das trajetórias políticas do PCB e PT, sem contudo, avançar no tema da revolução no pensamento de Gramsci.

Referências bibliográficas:

- BIANCHI, Alvaro. Revolução passiva: o futuro do pretérito. In: *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 23, p. 34-57, 2006.
- BUCI-GLUCKSMANN, Christine. *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- DIAS, Edmundo Fernandes. *O Outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996.
- _____. Sobre a leitura dos textos gramscianos; usos e abusos. In: *Idéias*, a. 1, n. 1, p. 111-137, jan-jun 1994.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, v.6.

Dainis Karepovs. *A classe operária vai ao Parlamento: o Bloco Operário e Camponês do Brasil (1924-1930)*. São Paulo: Alameda, 2006.

Carlos Zacarias F. de Sena Júnior¹

Depois de oferecer ao grande público sua dissertação de mestrado, transformada em livro intitulado *Luta subterrânea* (2003), o historiador Dainis Karepovs publica agora *A classe operária vai ao parlamento* (2006), que vem a ser o produto resumido da sua tese de doutorado defendida na USP, em 2001, que tem o título *A esquerda e o parlamento no Brasil: o Bloco Operário e Camponês no Brasil (1924-1930)*. Para quem conhece o trabalho anterior de Karepovs, fica bastante fácil reconhecer o estilo conciso, direto e preciso que o notabilizou como um dos maiores divulgadores da história do PCB e do movimento comunista na atualidade. Não obstante, ao terminar a leitura de *A classe operária vai ao parlamento*, o leitor especialista fica com um gostinho de que falta alguma coisa, principalmente porque para tornar o livro acessível a um público mais amplo, publico este a ser atingido pela Coleção Passado e Presente, o autor deixou de relacionar as notas e a bibliografia consultada. E se não se pode dizer que estão aqui os méritos ou os eventuais defeitos da nova obra de Karepovs tendo

¹ Professor do curso de História do Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), *campus II*, Alagoinhas.

em vista que a pretensão maior de todo aquele que escreve é a de ser lido por uns tantos quantos se interessem pelo tema, há que se considerar que a opção editorial da Alameda incentiva o desejo do especialista em aprofundar o assunto, o que poderá ser feito em visita a própria tese do autor, disponível na Internet no site do Grupo de Trabalho *Mundos do Trabalho* da Associação Nacional dos Professores Univeristários de História (Anpuh).

O certo é que Dainis Karepovs pesquisou exaustivamente em diversos arquivos do Brasil – como se pode constatar pelas indicações ao final do texto e pelo conhecimento de sua tese – para trazer à luz os meandros políticos de um tema só tangencialmente tratado pela historiografia nacional, a história do Bloco Operário e Camponês (BOC) e das primeiras candidaturas operárias e comunistas lançadas ao Parlamento e ao Executivo do Brasil. Ao longo de 176 páginas, o leitor é conduzido pela tessitura de uma trama política que parte da análise do jogo eleitoral nos anos iniciais da República, até alcançar os primeiros grupamentos comunistas no Brasil que deram ensejo a formação do PCB, em 1922. Com grande capacidade de síntese, Karepovs discorre sobre as principais correntes do movimento operário brasileiro, destacando as correntes anarquistas, do sindicalismo revolucionário (“anarco-sindicalismo”) e do sindicalismo reformista (“amarelo”), até chegar às primeiras experiências de participação eleitoral dos comunistas que buscavam sintetizar a “fórmula básica do receituário bolchevique”, que definia as eleições como um meio e não como um fim. Em tempos de governos ditos de esquerda na América Latina, convém lembrar que os impulsos pioneiros do movimento operário informados pela tradição marxista em processo de afirmação, principalmente pela tradição marxista revolucionária dos leninistas dos primeiros anos da década de 1920, contêm, ainda, bons ensinamentos para o presente.

Mas é mesmo no terreno daquela experiência histórica tomada em si, experiência esta desenvolvida pelo Partido Comunista do Brasil (nome original do PCB até 1961), e não nas analogias que

somos tentados a fazer sobre os governos e as eleições do presente, que se colherão os maiores frutos da leitura do livro de Karepovs, em que pesem as necessidades de utilizarmos sempre as analogias históricas para retirarmos os ensinamentos para as ações da luta política. Isto porque nos pareceriam ingênuos os pruridos dos operários ligados ao BOC nas suas primeiras tentativas eleitorais ante os esquemas milionários da farsa atual que envolve milhões de reais, acordos espúrios com a burguesia e nenhuma vergonha. Sobre o assunto, ficaremos mais satisfeitos se acompanharmos, com o autor, a trajetória do Bloco Operário, antecessor do BOC, e a primeira participação eleitoral de candidato operário, o gráfico João Jorge da Costa Pimenta, um dos fundadores do PCB. Na ocasião de apresentação de sua candidatura, 1924, vigia no movimento comunista internacional a tática de Frente Única formulada por Lenin e Trotsky, que era uma resposta ao refluxo da vaga revolucionária derrotada em 1923. A despeito disto, os resultados satisfatórios do trabalho do Bloco Operário, que produziram um pequeno mais importante crescimento do PCB, apesar da candidatura de Pimenta não ter sido levada a termo, indicaram que o espaço político era grande e que as eleições poderiam ser um importante meio para se construir o Partido que pretendia fazer a revolução.

Como nos informa Karepovs, foi somente em 1927, entretanto, que o Bloco Operário desenvolveu a sua primeira experiência parlamentar, fruto da aproximação dos comunistas com a pequena-burguesia através de João Batista de Azevedo Lima e Maurício de Lacerda. Em sua tentativa de levar adiante os primeiros contatos com o mundo da grande política, os comunistas pretenderam colocar na pauta nacional os temas antes confinados ao mundo do trabalho e, para isto, lançaram mão da candidatura de Azevedo Lima que viria a ser o primeiro candidato apoiado pelos comunistas eleito pelo Bloco Operário e Camponês para o parlamento, em 1928. Não obstante, Karepovs não desconhece que, naquela altura, para os comunistas, o fim último da luta e da participação no

Parlamento burguês, era a destruição do próprio Parlamento, de maneira que, para os pecebistas, era necessário que se utilizassem todos os meios de combate, inclusive as eleições. Mas, como nos adverte Dainis Karepovs, nem tudo eram flores nesta primeira experiência do PCB com o Parlamento, já que os comunistas tiveram uma relação até certo ponto esquizofrênica com o Bloco Operário e Camponês e seu candidato e também com o terreno institucional que lhes era estranho.

Fundado oficialmente em 1927, o BOC, como expressão eleitoral do PCB, pretendeu ser o porta-voz da classe operária brasileira no momento em que a corrente comunista dava seus primeiros e decisivos passos para se transformar no setor hegemônico organizado da classe operária no país. E enquanto o PCB lutava para superar os resquícios anarquistas de sua formação original, percebemos os debates que moveram os comunistas e os demais membros do BOC nas suas tentativas de entender os significados de uma participação eleitoral que se propunha submetida ao serviço da luta política dos trabalhadores, no momento em que os pecebistas tinham diante de si, no plano nacional, a permanência de uma estrutura arcaica e excludente, que ensejava uma superestrutura política oligárquica e remetia as questões sociais para o âmbito da polícia. Nestas circunstâncias, os comunistas, enquanto vinham sendo paulatinamente enquadrados pela IC, buscaram adequações táticas com o intuito de superar o isolamento e produzir a aproximação do seu jovem Partido com os setores pequeno-burguesas que levantavam os quartéis e agitavam o cenário político nacional. E antes que consubstanciassem sua experiência com o “tenentismo” de Prestes, travaram relações com a pequena-burguesia através da candidatura de Azevedo Lima, chamado pelos adversários do BOC de “coronel do comunismo”, mesmo sem ser membro do PCB.

Como assegura Karepovs, as tentativas de controlar o mandato de Azevedo Lima revelaram-se infrutíferas para o BOC e para o PCB, de maneira que ao lado da primeira experiência parlamentar, os co-

munistas vislumbraram, também, a primeira frustração, a despeito de que o Partido pudesse crescer em função de sua aparição pública e do sucesso de sua tática de Frente Única junto ao *BOC*. Do sucesso parcial desta primeira experiência, o *PCB* conseguiu eleger Octávio Brandão e Minervino de Oliveira como intendentes no Distrito Federal nas eleições de outubro de 1928, sendo estes os primeiros membros efetivamente comunistas do Parlamento brasileiro, circunstância em que o *PCB* pretendia aliar a atuação parlamentar com o trabalho extraparlamentar para garantir a “responsabilidade dos políticos perante as massas” (p. 102).

Contudo, 1928 trouxe consigo a inflexão esquerdista na linha da *IC* e o movimento comunista internacional foi obrigado a adotar a política de “classe contra classe”, característica do que seria o “terceiro período”, entendido como de decadência do capitalismo e de ascenso revolucionários. Os mandatários bloquistas, de acordo com Karepovs, levaram para o Parlamento as principais questões demandadas pela classe trabalhadora do período, mas tensionados pelo sectarismo que se instalava na Internacional Comunista (*IC*) e pelos vestígios do anarquismo que permaneciam, terminaram isolados e sucumbiram. Com efeito, Karepovs percorre os caminhos que determinaram o fracasso da primeira experiência parlamentar verdadeiramente comunista, identificando no sectarismo das posições de Brandão e Oliveira, devidamente instruídos pelo *PCB* e pela *IC*, as razões do insucesso político do *BOC* que determinaram a sua extinção por inanição no Parlamento e por determinação dos dirigentes da própria Internacional. Karepovs considera que a extinção do *BOC*, chamado Bloco Operário Camponês do Brasil (*BOCB*) a partir de 1928, começou a se configurar com a linha do “terceiro período”, que definia os setores da social-democracia como sendo irmãos gêmeos do fascismo, o “social-fascismo” e nem mesmo a candidatura de Minervino de Oliveira à presidência em 1930, pôde reverter o quadro.

Não obstante, ao passarmos em revista o balanço final de Dainis Karepovs, ficamos com a nítida impressão que a fórmula marxista que diz que a “humanidade só levanta problemas que é capaz de resolver”, se confirma plenamente ao nos debruçarmos sobre a experiência do BOC e do PCB nos anos 20. Isto porque o PCB ao por em evidência temas candentes que só muito recentemente foram conquistados ou que permanecem sendo ameaçados e ainda hoje atormentam os trabalhadores, como o direito à livre associação, de reunião e de greve, o direito à livre expressão, a universalização do ensino fundamental, a legislação trabalhista, o direito à previdência pública e um sem-número de temas recorrentes nas lutas da classe trabalhadora, aponta para a necessidade urgente de transformar o futuro. E como o futuro é agora, sentimo-nos ainda mais cativados a lutar pelas tarefas necessárias da emancipação humana. O livro de Karepovs nos ajuda a lembrar das nossas tarefas pendentes.

É verdade que se pode cobrar de *A classe operária vai ao Parlamento* as necessárias referências que todo estudioso espera encontrar num texto acadêmico. Também sente-se a falta de um maior aprofundamento nas questões conjunturais que impulsionaram a formação do BOC, como a crise econômica que estava em curso, as greves e a movimentação operária etc. Entretanto, como foi dito, em se tratando de uma obra que visa oferecer ao grande público uma história sucinta de uma experiência passada como forma de pensar o futuro e transformar o presente, conforme o exposto na nota final da editora que pretende esclarecer sobre as intenções da coleção, pode-se dizer que os resultados são positivos. Além disso, serão poucos os especialistas que, desconhecendo Karepovs, o que nos pareceria um paradoxo, ao procurarem nas referências bibliográficas do autor os compromissos teóricos assumidos, seriam frustrados. Isto porque o primeiro compromisso do historiador, abraçado por Karepovs, já plenamente demonstrado na sua trajetória como estudioso da história do PCB, é com a verdade histórica e a este compromisso ninguém há de questionar. Não obstante

aquele gostinho de que faltou alguma coisa continua existindo ao final da leitura. Mas para isso há sempre a solução de esperar a publicação de sua tese completa, ou então a de ir atrás do seu trabalho original, o que significaria um esforço maior que, a se revelar pelas linhas de *A classe operária vai ao Parlamento*, há de ser plenamente satisfatório.

Referências bibliográficas

KAREPOVS, Dainis. *Luta subterrânea: o PCB em 1937-1938*. São Paulo: Hucitec/Unesp, 2003.



Henrique José Domiciano Amorim.
Teoria Social e Reduccionismo Analítico.
Caxias do Sul: Educs, 2006.

Leandro de Oliveira Galastri¹

Por desembaraçada argumentação e clareza expositiva caracteriza-se esse texto de Henrique Amorim, autor que norteia sua análise pela crítica à idéia do primado das forças produtivas – idéia ancorada, nesse caso, na tese do fim da centralidade do trabalho – nos processos de transformação das sociedades capitalistas e ao corolário reformista que tal tese engendraria. Eis, de maneira geral, o que Amorim considera ser o reduccionismo analítico presente em importantes correntes da sociologia do trabalho atual.

O autor, num curto subtítulo, apresenta de maneira poderosamente sintética a tese geral a ser desenvolvida ao longo do texto: “Fim do trabalho ou reprodução da luta de classes no campo da teoria?”(p. 24) Ou seja, ao sustentar a tese do fim da centralidade do trabalho, algumas correntes dessa disciplina trazem para o âmbito da produção teórica dos estudos do trabalho a distorção burguesa sobre o significado histórico da reorganização dos processos de produção. É a luta de classes instalando-se na construção

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

teórica da disciplina da sociologia do trabalho. Afirma o autor, na seqüência, que parte dos teóricos da sociologia do trabalho acabaram por submeter seu objeto de estudo às novas formas de gestão do trabalho pelo capital (p. 25). É necessário frisar aqui ainda que não se trata de acidente nem de engano por parte daqueles teóricos. Para mantermos a coerência analítica com a tese acima, há que se admitir que os estudiosos defensores do fim da centralidade do trabalho o fazem como uma opção consciente, submetendo ativamente seu objeto e seus pressupostos à lógica do capital industrial e/ou financeiro.

Ao longo do livro, desenvolvendo a crítica a autores centrais da sociologia do trabalho como Andre Gorz e Robert Kurz, Amorim defende a passagem de uma análise quantitativa da atuação política dos trabalhadores (ligada ao processo de diminuição do número de trabalhadores industriais, análise que, cada um a seu modo, Gorz e Kurz desenvolveriam) para uma avaliação qualitativa das formas atuais da luta de classes – sempre tratando os antagonismos sociais do ponto de vista classista – ou o que seriam, por exemplo, novas modalidades de organização da classe trabalhadora.

A segunda parte do livro dedica-se sobretudo à crítica dos pressupostos teóricos de André Gorz e Serge Mallet sobre o que seria a *nova classe operária*, formada na passagem dos anos 60 para os 70. Tratar-se ia de uma classe intelectualizada devido às exigências advindas da automação dos meios de produção, ou seja, uma classe com controle das técnicas de produção e, por isso, com novas condições políticas de negociação com o patronato (p. 92). Gorz e Mallet conceberiam, de acordo com Amorim, a negociação e a conciliação como características principais dessa nova fase da luta de classes. Na base desses pressupostos estariam o velho determinismo tecnológico, subjacente ao primado das forças produtivas, e a concepção linear positivista de evolução rumo a uma sociedade pós-capitalista (p. 150), que, devemos lembrar, caracterizou importantes elaborações teóricas da Segunda Internacional.

Em que medida tais pressupostos da sociologia do trabalho podem “reduzir ao plano técnico as reais intenções da universalização de uma política de classe” (p. 123)? A partir do momento em que se considere que a consciência de classe do operário estará tão mais avançada quanto se encontrem desenvolvidas tecnicamente as forças produtivas, ou as máquinas que manuseia. Para lidar com máquinas e instrumentos cada vez mais complexos, o operário deve se tornar apto a fazer mais do que movimentos mecânicos repetitivos. A complexificação do processo produtivo levaria a uma maior intelectualização do trabalhador conduzindo-o a uma compreensão da totalidade daquele processo e, conseqüentemente, à capacidade de controlá-lo. Aqui seria, então, o momento da emancipação da classe trabalhadora, o momento em que, por um movimento evolutivo de agregação de conhecimento dos mecanismos da cadeia produtiva, o trabalhador adquire condições de tomar as rédeas do processo, de passar a controlá-lo. Essa a posição de Gorz e Mallet no debate sociológico sobre o trabalho nas décadas de 60 e 70, segundo Amorim.

Bem aponta o autor que o que se assume no discurso de Gorz e Mallet não é senão a premissa humanista do resgate, por parte do trabalhador, do que seria sua essência humana, perdida por meio de sua separação dos meios de produção no processo de trabalho, ou seja, sua alienação. Tal fenômeno teria sido caracterizado no início do século xx por meio da indústria taylorista, que parcializa e especializa cada vez mais o trabalho, impondo ao trabalhador uma situação de desumanidade, uma subversão de sua condição humana. É a superação dessa condição que estaria implicada na *nova classe operária*, que poderia readquirir, a partir de sua nova condição, o controle do processo produtivo.

Amorim não faz concessões ao que considera ser esse “homem romântico” idealizado por Gorz e Mallet. Enfatiza a inexistência histórica de tal homem, produto de uma posição teórica que propaga a fé *a priori* numa “natureza humana”, numa essencialidade

da espécie, ou seja, numa condição primordialmente a-histórica, forjada por um recurso teórico cuja conseqüência é a minimalização do processo histórico de constituição dos seres sociais, em outras palavras, a minimalização do fenômeno da luta de classes. No sentido oposto ao do embate político, caberia então a esse trabalhador “desalienado”, de acordo com Gorz e Mallet, conduzir os recursos da “conciliação” e “negociação” como armas únicas da classe trabalhadora. Garantiria-se assim a passagem “pacífica”, sem rupturas sociais abruptas, à sociedade pós-capitalista, percurso pavimentado pela cientificidade das decisões encaminhadas por aquele trabalhador desalienado. Mais uma vez, aqui aponta Amorim o pressuposto que a todo tempo corrobora tal discussão no âmbito da sociologia do trabalho das décadas de 60 e 70 na figura dos autores comentados, qual seja o primado do desenvolvimento das forças produtivas. De acordo com a irônica observação do autor, aí está o “bonde” que conduzirá a história ao encontro de um “homem humano”.

Nesse momento escapa a Amorim uma outra crítica possível que, a julgar pela densa bibliografia utilizada em seu trabalho, poderia ter sido empregada. Trata-se das observações de Gramsci com relação ao processo de trabalho em seu escrito clássico “Americanismo e Fordismo”. Neste texto há passagens que, partindo da mesma análise da indústria fordista, conduzem a conclusões opostas às de Gorz e Mallet quanto à possibilidade da organização política naquela conjuntura histórica. Lá Gramsci considera que a adaptação à rotina dos movimentos repetitivos da linha de montagem pode não necessariamente “embrutecer” o trabalhador, não necessariamente transformá-lo em um “gorila amestrado”. Ao contrário, a adaptação concluída àquela rotina, a assimilação e a automatização daqueles movimentos na atividade muscular do trabalhador teria potencial para *liberar* seu cérebro, para permitir que, paradoxalmente, o operário desenvolva o que Gramsci chamará de “pensamentos pouco conformistas”. Ou seja, não é apenas

com a apropriação intelectual do processo da produção que o trabalhador avança em capacidade de luta e consciência combativa. Gramsci aponta, em “Americanismo e Fordismo”, a possibilidade de que justamente o contrário aconteça, em outras palavras, o desenvolvimento daquelas capacidade de luta e consciência combativa no âmbito mesmo da indústria taylorista, e por causa dela.

Uma outra possibilidade para Amorim seria relacionar o fenômeno da melhoria da vida material de um setor específico do operariado europeu das décadas de sessenta e setenta ao clássico conceito gramsciano de revolução passiva. Embora tal melhoria da vida material como novo modo de vida apareça no trabalho do autor calcado na análise de Gramsci, não é desenvolvida a devida ênfase àquele conceito do marxista italiano. Em outras palavras, a ascensão salarial e na qualidade de vida dos operários europeus promovidas pelas políticas social-democratas constituir-se-iam, pelo menos de um determinado ponto de vista, em processo de passivização da dominação burguesa naqueles países.

A análise de Gorz, segundo Amorim mesmo indica, era de que a melhoria no nível de vida e dos salários conduziria a classe trabalhadora a uma situação material de maior liberdade para a tomada de consciência revolucionária e a organização política. Atitudes revolucionárias foram justamente, poderíamos afirmar, uma das possibilidades eficazmente evitadas por aquelas mesmas melhorias nos padrões de vida dos trabalhadores europeus. Ainda em “Americanismo e Fordismo” encontramos as considerações de Gramsci sobre a combinação da coerção industrial com a persuasão e o consenso para a obtenção dos resultados desejados no âmbito da produção capitalista. Persuasão e consenso que poderiam ser obtidos, segundo o marxista italiano, exatamente pela concessão de salários maiores e a viabilização de melhora do padrão de vida do operariado, ou pelo menos de uma parte dele.

Nos capítulos finais do livro, Amorim demonstra como o mesmo primado das forças produtivas conduz Gorz ao rompimento

com a tese da derrocada progressiva do capitalismo. É dessa maneira, segundo o autor, que Gorz é conduzido ao questionamento da centralidade da categoria trabalho. Fala-se aqui do Gorz da década de 80. Agora, o desenvolvimento das forças produtivas conferiria ao capitalismo a condição de dominar a “não-solução” de seus problemas, de administrar suas próprias contradições. A forma pela qual o capital teria desenvolvido suas forças produtivas as tornaria em formas de reproduzir as relações de dominação capitalistas (p. 126). Quedam dessa maneira, como observa Amorim, deslocadas da esfera da produção as possibilidades históricas e materiais da superação do capitalismo, incluído aí como causa não apenas o desenvolvimento da técnica da produção em si, mas ainda o processo de racionalização gerencial daquela produção. Eis que ao cabo de tal fenômeno de substituição de homens por máquinas encontraríamos, como consequência principal, o fim do trabalho.

A partir de então Amorim indica como Gorz desenvolverá as noções de uma sociedade com abundância de tempo livre, em que as forças produtivas altamente desenvolvidas serviriam para remunerar aqueles sem trabalho e para empregar outros por um tempo diário mínimo. Alcançar-se-ia assim uma sociedade livre da necessidade do trabalho, emancipada pela intensa automatização da produção. O autor aqui chama a atenção para dois fatos primordiais na análise do capitalismo contemporâneo: primeiro, que as formas atuais da apropriação da produção e de seus meios produzem o tempo livre em seu aspecto negativo, ou seja, causam desemprego, tempo forçosamente livre e forçosamente não-remunerado; segundo, e num outro nível de análise, o desenvolvimento das forças produtivas tomado como principal suporte material de um projeto de sociedade pós-capitalista praticamente anula o estatuto da luta de classes como o motor da história. Tais as consequências prática e teoricamente nefandas da tese da não-centralidade do trabalho no capitalismo atual.

O autor, enfim, questiona e problematiza as conclusões teóricas acerca da não-centralidade do trabalho no capitalismo contemporâneo e as conseqüências políticas conciliatórias com o capital daí advindas. Presta, dessa forma, valiosa contribuição para o tema no âmbito da sociologia do trabalho brasileira, num livro que, de resto, é fortemente recomendável para aqueles que desejam ler um excelente estudo sobre uma parte importante da polêmica hodierna “centralidade” *versus* “não-centralidade” do trabalho.